

## **O DESAFIO DA CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS (NAPNE) NO IFRN/CAMPUS MOSSORÓ**

Marcléia Melo de Souza Queiroz<sup>1</sup>; Rachel de Souza Maximino<sup>2</sup>.  
*Instituto Federal do Rio Grande do Norte; Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.*

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo abordar a trajetória da criação do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com necessidades Educacionais Específicas) no IFRN-Campus Mossoró, considerando que a Educação Inclusiva é um movimento que compreende a educação como um direito humano fundamental para uma sociedade mais justa e solidária. Trata-se de um conceito que pressupõe a construção de uma escola unitária para todos em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar no estudante a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar a todos para que obtenham sucesso escolar. Assim, em vez de pressupor que o estudante deva ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender a diversidade de seus estudantes. (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial/CNE, 2001). A inclusão para Sasaki (1997, p. 41) é entendida “como um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão. Diversidade. Direitos. Educação. NAPNE. Educação inclusiva.

---

<sup>1</sup> Pedagoga do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, IFRN –Campus Mossoró. Professora da rede municipal de ensino da Prefeitura de Mossoró. Coordenadora do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas), IFRN/Campus Mossoró. [marcleia.queiroz@ifrn.edu.br](mailto:marcleia.queiroz@ifrn.edu.br)

<sup>2</sup> Graduada em Direito, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –UERN. Extensionista do projeto: Direitos Humanos na Prática, Universidade Federal do Semi árido – UFERSA.

## INTRODUÇÃO

As Unidades dos Institutos Federais (IF's) no Brasil inseridos nas políticas públicas de Inclusão do Governo Federal começam a repensar tempo e espaço, administrativo e pedagógico, para atender a todos os estudantes que procuram a Escola. No contexto da expansão da educação profissional para pessoas com necessidades especiais nas Unidades dos IF's, se faz necessário ter em vista uma conciliação dos interesses e potencialidades dos estudantes numa relação com a demanda do mundo do trabalho na perspectiva de levar a um desempenho eficaz e produtivo como um dos mecanismos de inclusão social. Para tanto, é preciso a implantação de um Núcleo de Atendimento em cada Unidade de Ensino capaz de articular todas as atividades educativas envolvendo pessoas com necessidades especiais (PNE), organizações governamentais e não governamentais a fim de direcionar ações de implantação e implementação do programa Tecnologia e Educação Profissional para pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP) no âmbito interno dos Institutos Federais.

O interesse por este tema surgiu de uma necessidade objetiva das escolas proporem ações educativas voltadas para inclusão de estudantes com necessidades especiais, conforme estabelece a Constituição Federal do Brasil de 1988 quando em seus preceitos constitucionais determinam que o direito à educação das pessoas com deficiência deverá ser garantido pelo Estado por meio de um "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (Inciso III Art. 208). Reforçando a intencionalidade normativa da educação inclusiva para as escolas públicas a Lei Federal nº 7.853, de 1989, coloca no Art.2º" a oferta obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento públicos de ensino".

A implantação do NAPNE no âmbito do IFRN/Campus Mossoró tem o objetivo nortear toda a comunidade na elaboração de propostas pedagógicas para educação profissional de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Ressaltamos ainda, uma formação inicial e continuada para os professores e todos os envolvidos no processo, bem como, a importância de parcerias entre as Instituições de Ensino, do trabalho e setores empresariais para o desenvolvimento do trabalho aqui proposto.

## OBJETIVO



Este trabalho de pesquisa tem por finalidade divulgar o desencadeamento do processo de criação e implementação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) nos campus dos Institutos Federais a fim de contribuir na construção de um processo de inclusão educacional no IFRN/Campus Mossoró e uma sociedade mais igualitária. Criar na instituição a cultura da educação para convivência, aceitação da diversidade através da criação de um núcleo de apoio para atendimento aos PNE's.

## **METODOLOGIA**

O estudo apresentará uma abordagem investigativa das práticas educativas, com foco na educação profissional inclusiva, numa perspectiva histórico-crítica ancorada na Teoria Crítica e nos princípios orientadores dos Projetos Pedagógicos do IFRN. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo pesquisa-ação pelo fato de haver necessidade de um contato direto do pesquisador com a situação pesquisada para compreender, interpretar, descobrir e reconstruir a prática educativa no contexto da educação profissional inclusiva, considerando que fatos e valores estão intimamente relacionados. Isso implica a necessidade de uma visão holística do processo ensino-aprendizagem que considere todos os componentes necessários a uma prática educativa que acolha a diversidade

A pesquisa qualitativa busca entender o fenômeno da inclusão educacional de pessoas com necessidades especiais no IFRN em profundidade a partir de cada contexto escolar. Caracteriza-se como uma investigação do tipo pesquisa-ação Institucional, que consiste em uma ação sistemática e controlada desenvolvida pelo próprio pesquisador. (André, 1995:31-33). Para Haguette (1990:124) a pesquisa-ação institucional é a atividade de explicação da prática dos grupos sociais por eles mesmos, com a finalidade de melhorar essa prática, como processo de geração de conhecimento do pesquisador e dos pesquisados, processo educativo que compartilha conhecimentos já existentes, processo de mudança na prática dos pesquisados.

De acordo com a metodologia qualitativa, a realidade deixa de ser vista apenas como um conjunto de dados e/ou fatos predeterminados pelas leis mecânicas da natureza física e passa a ser vista como algo que vai se constituindo num processo histórico, resultante, a cada momento, de múltiplas determinações e que esse movimento de constituição é decorrente de forças contraditórias que atuam no interior da própria realidade.

Nessa perspectiva, a abordagem qualitativa apresenta como princípios básicos: o ambiente natural que se apresenta como fonte direta dos dados e o pesquisador como seu principal





instrumento; os dados coletados são preponderantemente descritivos; a preocupação com o processo é maior do que com o produto; o significado que as pessoas dão as coisas é um dos pontos de atenção especial; a análise dos dados tende a seguir um processo mais indutivo que dedutivo.

Ao selecionar as fontes, adotar-se-á os seguintes critérios: Análise para seleção da pertinência das informações que tratam do assunto; Elaboração de fichas de leitura e fichamentos do referencial selecionado contendo: Recortes temáticos, conceitos, categorias, resumos, citações que integram as fontes e os autores que foram por eles citados.

O estudo teve início com a leitura intensiva dos teóricos da educação inclusiva, cujos autores principais ainda estão em processo de seleção a partir de leituras, ainda não concluídas. Em relação aos sujeitos, ter-se-á todo cuidado para que a discussão teórica não desestimule os participantes, procurando adaptá-la e traduzi-la numa linguagem que permita a sua compreensão por todos.

Foi feita cuidadosa leitura da legislação educacional específica da educação profissional e de documentos da escola tais como: Projeto Político Pedagógico, os Planos de Curso e de aula, análise dos resultados de entrevistas e/ou questionários aplicados aos sujeitos e de observações “in loco” possibilitadas pela participação em encontros de estudos e discussões com os sujeitos envolvidos na pesquisa e por ocasião de reuniões de planejamentos, pedagógicas. Reuniões de pais e mestres etc.

Foram construídas diferentes versões apresentadas pelos sujeitos da investigação, ampliando e recompondo os conteúdos da pesquisa por meio da análise do discurso na perspectiva de um entendimento mais preciso do que venha a ser uma educação profissional inclusiva para a partir desse entendimento implantar e implementar o NAPNE no IFRN/Campus Mossoró.

## **QUADRO TEÓRICO**

No campo social, existem inúmeras normatizações, procurando garantir o cumprimento do direito à cidadania da Pessoa com Necessidades Especiais (PNE) e, como não poderia deixar de ser, o acesso à escolarização tem papel fundamental nesse processo, visto que a instituição escola é a responsável em nossa sociedade pela “transmissão” do saber sistematizado, podendo assim promover maior interação dos indivíduos entre si e como o conhecimento.

A inclusão na sociedade é um campo que ainda há muito que sedimentar frente aos obstáculos que surgem dia após dia. Muitas são as adversidades e os desafios a serem enfrentados para romper barreiras e ampliar olhares diante das diferenças e aceitação do novo. Entretanto, para enfrentarmos tais desafios temos os aportes legais que visam garantir esta inclusão.



Como exemplo, citamos as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que no Art 2º diz que:

“os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com Necessidades Educacionais Especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001, p,1).

Contudo busca-se, antes de pesquisar questões mais específicas relativas às pessoas com necessidades especiais, localizá-las historicamente, apontando o processo de evolução dos conceitos de deficiência até o paradigma da inclusão que hora vislumbramos

## **BREVE HISTÓRICO DO CONCEITO DE DEFICIÊNCIA**

Existem raríssimos relatos de pessoas com deficiências na Idade Antiga. Um dos poucos documentos que fazem referência ao tema é a Bíblia que traz relatos de discriminação, pobreza, quando mostra pessoas deficientes nos templos pedindo esmolas, ou mesmo sendo, consideradas como um fardo pesado às suas famílias, atribuindo o estados dos deficientes à metafísica, ou ainda a possessão demoníaca, considerando-se uma forma de expiação dos pecados da própria pessoa e da família pecadores castigados por Deus.

Encontram-se também relatos de crianças lançadas de penhasco, ou ainda deixadas ao relento para morrerem. Essa atitude não era considerada anti-ética, ou mesmo não era vista com espanto pelos membros da comunidade, uma vez que a organização sóciopolítico da época, considerava como seres humanos apenas os possuidores dos poderes social, econômico e político, os demais eram considerados sub-humanos, portanto o extermínio de algumas crianças não se caracterizava crime ou causava comoção entre os pares, pois seriam pessoas incapazes de prover o próprio sustento e, assim sendo, não considerados como funcionais à sociedade da época.



No início da Idade Média, o caráter metafísico da deficiência, ainda permaneceu arraigado às concepções do povo, entretanto, práticas de extermínio não eram mais aceitáveis, posto que as pessoas com deficientes passaram a ser consideradas, também como criaturas de Deus, “eram aparentemente ignoradas à própria sorte, dependendo, para sua sobrevivência, da boa vontade e caridades humanas”. (BRASIL, 2000).

Com a revolução burguesa e a implantação de uma nova forma de produção, há um grande avanço da medicina, que passa a ver os deficientes não como questão religiosa, mas sim, de saúde, em virtude das concepções racionais da época que buscava explicações racionais para as deficiências, iniciando a criação de hospitais psiquiátricos e outros locais de confinamento para depositar estas pessoas. Este pensamento médico serviu como premissa para o primeiro conjunto de ideias, valores e ações sobre a deficiência, o Paradigma da Institucionalização, que procurava oferecer atenção especial às pessoas com deficiência através da segregação deste da sociedade, sob a alegação de cuidados e proteção médica. Esse paradigma persistiu por séculos na nossa sociedade. No Brasil, as informações acerca da segregação, remonta dos tempos do Império, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, em 1854 pelo Decreto Imperial nº 1.426.

Persistindo até a década de 60, o Paradigma da Institucionalização começou a ser questionado, com o movimento de intensa reflexão, crítica e luta em defesa dos direitos humanos e dos direitos das minorias, constantes no Art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros com em espírito de fraternidade”, exigindo um novo olhar para os deficientes.

Por outro lado, na organização sócio-político da sociedade, não mais comportava os altos custos de manter exilada e improdutiva uma parcela da população, emergindo a necessidade de dar uma maior autonomia a essas pessoas.

Os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, também trouxeram a tona um novo conceito, o de normalização, ou seja, tornar as pessoas com deficiência o mais normal possível, dando assim, início a um novo paradigma, o Paradigma de Serviços, que buscava, capacitar, habilitar ou reabilitar as pessoas com deficiência para integrá-la à sociedade, promovendo um movimento de “adaptar” o indivíduo ao meio em que vive, buscando torná-lo “igual” ou o mais próximo possível das pessoas “normais”, tomadas como ponto de referência.



Esse paradigma logo recebeu duras críticas, posto que devemos considerar que mascarar a deficiência, sob a ideia de “normalização”, não reduz as diferenças, mas acaba por criar barreiras e preconceitos, além do que considerar um grupo, ou alguém, como ser humano ideal, um modelo a ser seguido, pressupõe que, aqueles que não se “encaixam” no modelo tem menos valor que o outro, fato que vem de encontro às prerrogativas da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Na década de 90, ficou mais evidente que mesmo com a evolução médica, econômica, social e intelectual, as minorias continuavam socialmente segregadas, impedindo um rico convívio de pessoas diferentes, aparecendo, assim, a necessidade de construção de “espaços sociais inclusivos”, que atendessem as necessidades, não apenas dos deficientes, mas de todos os cidadãos.

De acordo com a Fundamentação Filosófica do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade:

Estavam aí postas as bases de um novo modelo, denominado Paradigma de Suportes. Este paradigma associou a ideia da diversidade como fator de enriquecimento social e o respeito às necessidades de todos os cidadãos como pilar central de uma nova prática social: a construção de espaços inclusivos em todas as instâncias da vida na sociedade, de forma a garantir o acesso imediato e favorecer a participação de todos nos equipamentos e espaços sociais, independente das suas necessidades educacionais especiais, do tipo de deficiência e do grau de comprometimento que estas apresentem.”(p.13) .

A diferença essencial do Paradigma de Serviços para o de Suporte é o deslocamento do eixo de adaptação, ou seja, agora não é mais o indivíduo que deve adaptar-se ao meio, mas sim a construção de espaços que se adaptem aos usos de diferentes pessoas, com ou sem deficiência, de modo a facilitar o acesso, locomoção segura e respeito a todos as pessoas, além do trabalho de desenvolvimento pessoal dos sujeitos.

Nesse sentido, este trabalho pretende caminhar, tendo como referência o paradigma da inclusão na perspectiva de construção de uma escola e uma sociedade para todos.

**PÚBLICO ALVO:**



Pessoa com deficiência que pretendem ingressar no mercado de trabalho e alunos regularmente matriculados no IFRN/Campus Mossoró. De acordo com o artigo 4º da Resolução CNE/CEB 4/2009, é considerado público-alvo do NAPNE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009, p.1).

## **AÇÕES**

Objetivando promover o acesso e a inclusão das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais nos cursos Técnicos, Tecnológicos e de qualificação oferecidos pelo IFRN, fundamentado nos princípios do direito ao exercício da cidadania e da integração ao mundo do trabalho, algumas ações se tornaram necessárias. dentre elas podemos destacar: O mapeamento da rede física, do mobiliário e dos equipamentos do IFRN, com vistas a conhecer as necessidades de reforma e reaparelhamento, a dotação da rede física, do mobiliário e dos equipamentos do IFRN para atender nova proposta, promoção de estudos que visem sistematização e a adequação dos currículos para atender aos diferentes níveis de ensino, modalidades de atendimento e necessidades educativas dos novos alunos, criação de um núcleo de apoio com sede na instituição, capacitação dos professores e técnicos administrativos, parcerias com instituições diversas, quebra de barreiras arquitetônicas e atitudinais.



Alguns princípios a serem adotados foram: flexibilidade e acomodação. O local para ser reservado para o Núcleo de Atendimento a Pessoas com necessidades Educacionais Específicas será determinado pela instituição que deverá destinar os seguintes equipamentos, telefone, fax, microcomputador, impressora, mesa para reuniões, birô, cadeiras, ar-condicionado, armário e material de expediente. E, não obstante, o pessoal mobilizado diretamente foi: Direção, Equipe Pedagógica, Serviço Social, Professores, Técnicos administrativos e pessoal de apoio.

Por fim, o projeto contou com a reunião com a Direção para a apresentação do projeto, aquisição do espaço físico, nomeação dos componentes do NAPNE, seminário sobre Educação Inclusiva e o curso de Libras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O discurso acerca da inclusão de pessoas com deficiência na escola, no trabalho e nos espaços sociais em geral, tem-se propagado rapidamente entre educadores, familiares, líderes e dirigentes políticos, nas entidades, nos meios de comunicação etc. Isto não quer dizer que a inserção de todos nos diversos setores da sociedade seja prática corrente ou uma realidade já dada. As políticas públicas de atenção a este segmento, geralmente, estão circunscritas ao tripé educação, saúde e assistência social, sendo que os demais aspectos costumam ser negligenciados.

A educação destas pessoas tem sido objeto de inquietações e constitui um sistema paralelo de instituições e serviços especializados no qual a inclusão escolar desponta como um ideal utópico e inviável. A saúde limita-se à medicalização e patologização da deficiência ou à reabilitação compreendida basicamente como concessão de órteses e próteses. A assistência social traduz-se na distribuição de benefícios e de poucos recursos, em um contexto de miséria e de privações, no qual impera a concorrência do assistencialismo e da filantropia. Em cada um destes setores, o foco do atendimento privilegia uma certa dimensão do contexto de vida familiar, comunitário e social.

Para a educação, o sujeito com deficiência é um "aluno especial", cujas necessidades específicas demandam recursos, equipamentos e níveis de especialização definidos de acordo com a condição física, sensorial ou mental. No âmbito da saúde, o mesmo aluno é tratado como "paciente", sujeito a intervenções tardias e de cunho curativo, enquanto no campo da assistência social ele é um "beneficiário" desprovido de recursos essenciais à sua sobrevivência e sujeito a formas de concessão de benefícios temporários ou permanentes de caráter restritivo. O que se observa, nestes setores, são ações isoladas e simbólicas ao lado de um conjunto de leis, projetos e iniciativas insipientes e desarticuladas entre as diversas instâncias do poder público. Em todos os

casos, percebemos uma concepção de sujeito fragmentado, incompleto sem a necessária incorporação das múltiplas dimensões da vida humana.

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e divulgada.

Ao pensar a implementação imediata do modelo de educação inclusiva no IFRN, há que se contemplar alguns de seus pressupostos. Que professor o modelo inclusivista prevê? O professor especializado em todos os alunos, inclusive nos que apresentam deficiências? O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para o IFRN no momento, é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores e toda equipe envolvida no processo ensino-aprendizagem, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar a prática educativa.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.). **Educação Inclusiva: a fundamentação filosófica**. 2 ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. (Série: Educação Inclusiva).

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Congresso Nacional.

MEC/SEMTEC. **Proposta de políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. Brasília, 2003.

Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** . Brasília: MEC, 2000

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico**. Brasília, 2000b.



**II CINTEDI**  
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**  
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

**16 a 18**  
**NOVEMBRO**  
**2016**  
LOCAL DO EVENTO  
CENTRO DE CONVENÇÕES  
**RAYMUNDO ASFORA**  
GARDEN HOTEL  
CAMPINA GRANDE-PB

**Educação Profissional:** legislação básica. 5. ed. Brasília, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos do homem**, 1948.

Declaração de Salamanca – Enquadramento da Ação na área das Necessidades Educativas Especiais  
– Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais : Acesso e Qualidade Salamanca,  
Espanha, 7- 10 de junho de 1994 – ONU – Ministério da Educação e Ciência de Espanha (Editada  
pela UNESCO – 1994).

